

# **<sup>1</sup>IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS PROVOCADOS PELAS OCUPAÇÕES IRREGULARES, E A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO A MARGEM DO RIO GORUTUBA NO MUNICÍPIO DE NOVA PORTEIRINHA – MG.**

LUCIMAR SALES DIAS/UNIMONTES<sup>2</sup>

[lucimarsd@gmail.com](mailto:lucimarsd@gmail.com)

DAYANE STEPHANIE MAIA COSTA/UNIMONTES<sup>3</sup>

[daysmcmoc@hotmail.com](mailto:daysmcmoc@hotmail.com)

## **RESUMO**

O limite urbano tem se expandido ao longo do tempo até os dias atuais fazendo com que o urbano sobreponha os meios naturais, muitas vezes de forma ilegal. Diante da problemática da ocupação ilegal da APP (Área de Preservação Permanente) que é alvo das discussões envolvendo meio ambiente e sociedade, foi realizada uma pesquisa de campo com a população urbana de Nova Porteirinha – MG, onde existe uma ocupação irregular da APP as margens do Rio Gorutuba. A pesquisa teve o objetivo de avaliar a ocupação da APP, e os impactos socioambientais provocados pelos moradores da margem direita do Rio Gorutuba no município de Nova Porteirinha-MG, assim como analisar a percepção dos mesmos sobre os impactos socioambientais. A legislação que define APP é bem clara, e a considera como um bem intocável. De acordo com a situação encontrada na APP nota-se que a ocupação desta área provoca diversos impactos socioambientais e também na vida da população de forma direta e indireta, principalmente quando há disposição incorreta de resíduos sólidos no rio e no solo. Tal problema está comprometendo a dinâmica natural do Rio Gorutuba, que é de grande importância para os municípios de Janaúba e Nova Porteirinha. O poder público procura desenvolver ações, no sentido de minimizar os efeitos dos impactos, o que entra em contradição com a população. Contudo todos os problemas são possíveis de serem resolvidos desde que exista maior conscientização da população por meio da educação ambiental e ações mais efetivas por parte do poder público.

**Palavras-chave:** Impactos socioambientais, APP, ocupação irregular, Rio Gorutuba.

## **INTRODUÇÃO**

A partir da interação homem com o meio natural é inevitável que existam impactos positivos ou negativos. Considerando os últimos, o acelerado crescimento da população contribui diretamente para que multipliquem os impactos socioambientais. Com o crescimento urbano, os impactos socioambientais tendem a se agravar ainda mais, uma vez que, quanto maior a população, maior o consumo e exploração dos recursos naturais levando-os ao limite. Esse processo de transformação da sociedade além de ameaçador é um processo que atinge a sociedade de forma direta e indireta. A urbanização é um processo tendencioso a preencher todos os espaços,

---

<sup>1</sup>Artigo científico

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia/Unimontes

elevando a expansão da fronteira urbana. Ao se expandir normalmente a área urbana sobrepõe ao meio ambiente.

O município de Nova Porteirinha – MG, considerado de pequeno porte, atualmente é assunto de várias discussões, ao se relacionar meio ambiente e sociedade. A grande problemática do município gira em torno da ocupação da APP (Área de Preservação Permanente) no perímetro urbano do município. A ocupação da APP do Rio Gorutuba além de irregular perante a lei é um fato que resulta em vários impactos de ordem social e ambiental.

Segundo o Código Florestal Brasileiro (Lei N° 12.651, de 25 de maio de 2012) a faixa mínima a ser mantida para proteger a vegetação, considerada Área de Preservação Permanente é de 30 metros para rios com até 10 metros de largura, e conforme maior a largura do rio maior será a faixa a ser mantida. A partir das observações sobre os principais impactos socioambientais da ocupação da APP do Rio Gorutuba no município de Nova Porteirinha – MG, o trabalho tem o propósito de analisar o processo de ocupação da APP, identificar e avaliar esses impactos, e analisar a percepção da população.

### **Impactos socioambientais urbanos**

A urbanização é um processo em expansão que se trata da transformação do meio natural ou rural em cidades. O Brasil tem se tornado nos últimos anos um país mais urbano e isso representa muitos impactos socioambientais nas diversas dimensões. Neste sentido Mucelin; Bellini (2007), diz que a medida que a cidade se expande, frequentemente, ocorrem impactos com o aumento da produção de sedimentos, devidas as alterações ambientais das superfícies e produção de resíduos sólidos; deterioração da qualidade da água pelo uso nas atividades cotidianas, e lançamento de lixo, esgoto e águas pluviais nos corpos receptores.

Quanto aos impactos socioambientais, Acseirad (2004) diz que no período atual tem uma explosão de discursos negativos sobre a cidade: cidades em crise, sede de crime, violência, degradação paisagística e ambiental, decadência de infra-estruturas, carência habitacional, declínio do emprego formal, estrangulamento da mobilidade e poluição atmosférica. Dentre as ações antrópicas impactantes socialmente e ambientalmente se destaca a disposição de resíduos sólidos.

Gouveia (2012), afirma que os vários impactos ambientais decorrentes das diferentes formas de disposição de resíduos sólidos oferecem também riscos

importantes à saúde humana. Sua disposição no solo, em lixões ou aterros, por exemplo, constitui uma importante fonte de exposição humana a várias substâncias tóxicas. As principais rotas de exposição a esses contaminantes são a dispersão do solo e do ar contaminado, a lixiviação e a percolagem do chorume.

Para Coelho (2005) os problemas socioambientais sociais não atingem igualmente todo espaço urbano. São afetados com mais intensidade, os espaços de ocupação das classes sociais menos favorecidas do que as classes mais elevadas. A distribuição espacial das primeiras está associada à desvalorização de espaço, quer pela proximidade dos leitos de inundação dos rios, das indústrias, de usinas termoeletricas, quer pela insalubridade, tanto pelos riscos ambientais (susceptibilidade das áreas e das populações aos fenômenos ambientais) como desmoronamento e erosão, quanto pelos riscos das prováveis ocorrências de catástrofes naturais, como terremotos e vulcanismos.

### **A importância dos recursos hídricos**

A importância dos recursos hídricos é um assunto muito discutido na atualidade e de suma importância, nota-se que desde a antiguidade as comunidades se desenvolviam a partir dos recursos hídricos. Dessa forma, Borges et al (2011, p. 1208) afirma que as cidades nascem e crescem a partir dos rios, que funcionam como canal de comunicação e suporte de serviços essenciais que incluem o abastecimento de água potável e a eliminação dos efluentes sanitários e industriais. A água, ou melhor, os recursos hídricos, são, dentre os recursos naturais, aqueles de que o homem mais depende.

É inegável a importância dos recursos hídricos, mas o mau uso desse bem tão precioso e a exploração incorreta tende a comprometer a qualidade do mesmo. Neste sentido, Moraes e Jordão (2002) dizem que “Por certo, a água é um bem naturalmente renovável. Porém, na prática, o aumento populacional tem ocorrido em níveis superiores aos tolerados pela natureza, o que resultará, em pouco tempo, em estresse do sistema hídrico.”

Ainda nessa linha de pensamento Moraes e Jordão (2002) afirma que vários cientistas de diversas áreas do mundo têm se preocupado com uma grande crise prevista para o ano de 2020, pois já trilhamos o caminho que nos conduzirá ao caos hídrico, representando, dentre outros, sérios problemas de saúde pública. Contudo, precisamos

ter um olhar mais atento sobre os recursos hídricos, considerando a relação entre estes e a sustentabilidade, uma vez que a sustentabilidade se apresenta como o melhor meio para prevenir e enfrentar a suposta crise relacionada à quantidade e qualidade da água.

### **Área de Preservação Permanente**

A APP (Área de Preservação Permanente) é uma área definida pelo código florestal, que tem um papel muito importante para preservação dos recursos naturais. Como afirma Riceto (2010, p. 01) “[...] as APP’s tem papel fundamental na perpetuação da biodiversidade e no abastecimento hídrico, além de se apresentar como um importante mecanismo na melhoria da qualidade do ar, de regulação das médias térmicas e para redução dos casos de alagamentos em áreas urbanas”.

Embora as áreas urbanas e rurais possuam características bem distintas Borges et al (2011) considera que as APPs assumem os mesmos objetivos tanto em áreas urbanas como em áreas rurais. Em cidades com alto grau de impermeabilização do solo, a manutenção das APPs, talvez tenha importância ainda maior do que em áreas rurais. Porém, é inevitável reconhecer que as faixas de proteção entre 30m e 500m fixados pela lei não têm aplicação fácil quando se analisa a realidade de uma cidade. De acordo com o Código Florestal (Lei Federal 12.651, de 2012) (BRASIL, 2012)

Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas:

I - as faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

a) 30 (trinta) metros, para os cursos d’água de menos de 10 (dez) metros de largura; b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d’água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; c) 100 (cem) metros, para os cursos d’água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d’água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d’água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

Apesar das APP’s desenvolver um papel muito importante e ser determinado pela legislação brasileira como um bem intocável são vários os problemas que as envolve. De acordo com Marinho et al (2013) as preocupações sobre os problemas ambientais enfrentados nas APP’s deve ao elevado grau de deterioração e a falta de informação da população residente no entorno dos rios, que contribui consideravelmente para a degradação destes locais.

### **Sustentabilidade**

Sustentabilidade é um discurso atual muito usado para nos âmbitos sociais e ambientais. Segundo Mikhailova (2004, p.25) “[...] sustentabilidade é a capacidade de se sustentar, de se manter. Uma atividade sustentável é aquela que pode ser mantida para sempre. “Neste sentido, Barbosa (2008, s.d) diz que a “A sustentabilidade consiste em encontrar meios de produção, distribuição e consumo dos recursos existentes de forma mais coesiva, economicamente eficaz e ecologicamente viável. ”

Segundo Jacobi et al. (2009) é cada vez mais notória a complexidade do processo de transformação de uma sociedade crescentemente não só ameaçada, mas diretamente afetada por riscos e agravos socioambientais, onde a dimensão da sustentabilidade se apresenta como alternativa. Assim, a idéia de sustentabilidade implica a necessidade de definir uma limitação, quanto às possibilidades de um crescimento desordenado, e implementar um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos, por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado mútuo, o que reforça um sentimento de co-responsabilização e de constituição de valores éticos.

Por outro lado, atualmente se tem uma problemática no discurso de sustentabilidade. Jacobi (2003, p. 193) enfatiza que essa problemática nos dias atuais ganhou e assume um papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram. O quadro socioambiental que caracteriza as sociedades contemporâneas revela que o impacto dos humanos sobre o meio ambiente tem tido consequências cada vez mais complexas, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

A ideia de sustentabilidade é alvo de uma série de discussões e críticas quando usadas no âmbito social e ambiental. Lima (2006, p. 13) fala que existem dois tipos de sustentabilidade: Sustentabilidade fraca, aquela que pode ser definida como a viabilidade de um sistema socioeconômico no tempo, tendo como ponto principal a quantidade de capital, ou seja, a preocupação dessa abordagem é com a soma de dois tipos de capital; o natural e o de criação do homem, resultando em capital global. O esforço deve ser, por essa corrente de pensamento, de conservar o “estoque” de capital global. Sustentabilidade forte, que é definida como a viabilidade da relação que mantém um sistema socioeconômico com o ecossistema. Chama atenção a dependência e a limitação do crescimento econômico, contínuo (condição de sustentabilidade), pelo ecossistema.

Uma das formas para atingir a sustentabilidade é a utilização da educação ambiental como uma ferramenta essencial para enfrentar os problemas socioambientais. Para Guimarães (2005) o sentido da educação ambiental hoje não se limita em apenas sensibilizar a sociedade para o problema, mas também torná-los cidadãos conscientes e responsáveis pelas suas ações no meio ambiente. Precisamos até mesmo superar a noção de sensibilizar, que na maior parte das vezes é entendida como compreender racionalmente. Só a compreensão da importância da natureza não é o bastante para ser levada a sua preservação por nossa sociedade.

## **METODOLOGIA**

O trabalho foi desenvolvido no município de Nova Porteirinha - MG, pequeno município situado ao norte de Minas Gerais na faixa de transição da caatinga e do cerrado. Com população de 7.398 habitantes segundo o censo 2010 IBGE, sendo 4.069 residentes da área urbana. A metodologia adotada partiu do princípio da pesquisa através de revisão bibliográfica em livros, artigos e internet. Para elaboração do trabalho foi realizada uma pesquisa qualiquantitativa de cunho exploratório descritivo, realizada por meio de uma pesquisa de campo, que teve o objetivo de constatar os diversos impactos socioambientais provocados pela população ribeirinha na APP.

Foi realizada uma pesquisa através de questionários (apêndice A) com questões fechadas que foi aplicada à população local, (30 questionários) de maneira aleatória com o intuito de avaliar a percepção da população por meio das diferentes opiniões, e o grau de conhecimento da sociedade de Nova Porteirinha sobre os impactos socioambientais. Também foi realizado um questionário com a Secretaria de meio Ambiente do município (apêndice B) para verificar qual o posicionamento da prefeitura em relação à ocupação da APP.

E por fim a sistematização dos resultados foi realizada após as coletas em campo e o tratamento dos questionários aplicados. Com o objetivo de gerar os resultados para identificar os impactos socioambientais provocado pelos moradores ao longo da APP do Rio Gorutuba e analisar a percepção dos moradores.



Figura 1: Área de estudo, município de Nova Porteirinha.  
Fonte: Google Earth (2014).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente a ocupação das margens do Rio Gorutuba no perímetro urbano de Nova Porteirinha recebe destaque nas discussões que envolvem questões tanto ambientais como sociais no município de Nova Porteirinha. Uma vez o Rio apresenta uma grande importância, tanto em Nova Porteirinha quanto em vários municípios. Segundo Dias (2010) o Rio Gorutuba tem suas nascentes na serra do Espinhaço no município de Francisco Sá, mais precisamente no Distrito de Catuni, a uma altitude de 1.090 metros de altitude, próximo ao município de Grão Mogol. Após percorrer aproximadamente 263 km, passando pelos municípios de Francisco Sá, Janauba, Nova Porteirinha, Verdelândia e Jaíba, deságua no rio Verde Grande, afluente do Rio São Francisco, na altitude de aproximadamente de 450 metros.

A ocupação e apropriação da margem do Rio Gorutuba, teve início há cerca de 30 anos atrás. Como afirma os próprios moradores, foi um processo que deu de forma irregular e se intensificou com o processo de urbanização até os dias atuais continuando irregular perante a lei como pode se alisado na figura 02, a evolução da legislação ao longo dos anos em relação a APP que comprova essa irregularidade.

FAIXA DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (m)				
Largura do CURSO D'ÁGUA (m)	Entre 15/09/65* e 08/07/86** (a contar da faixa marginal do curso d'água)	Entre 08/07/86** e 20/07/89*** (a contar da faixa marginal do curso d'água)	Entre 20/07/89*** e 26/05/12**** (a contar do nível mais alto do curso d'água)	De 26/05/12 em diante (a contar da borda do nível regular)
até 10	5	30	30	30
entre 10 e 50	metade da largura do curso d'água	50	50	50
entre 50 e 100	metade da largura do curso d'água	100	100	100
entre 100 e 150	metade da largura do curso d'água	150		

entre 150 e 200	metade da largura do curso d'água	150		
entre 200 e 600	100	Igual a largura do curso d'água	200	500
superior a 600			500	

Figura 02: Alterações dos limites das APP's de cursos d'água segundo a largura do mesmo, de acordo com a legislação.

Fonte: Relatório da consultoria, Código Florestal. Org: RAMOS, I.R e TOSI, I. 2012.

Pelo fato de está em área de APP (Área de Preservação Permanente), e como consequência vários impactos socioambientais, pode se constatar que a ocupação da APP do Rio Gorutuba é irregular perante a lei. Como mostra a figura 03, as moradias não obedecem a distância mínima exigida pela lei comprometendo a dinâmica do rio.



Figura 03: Ocupação da APP as margens do Rio Gorutuba em Nova Porteirinha.

Fontes: Silva, Romário Aguiar, 2014

É evidente que essa apropriação da APP ocorreu de forma descontrolada e irregular o que consequentemente provocou vários impactos socioambientais. A apropriação da APP, resultado do processo de urbanização, ocorreu de forma desigual. Como afirma Moraes e Jordão (2002, p.371)

A rápida urbanização concentrou populações de baixo poder aquisitivo em periferias carentes de serviços essenciais de saneamento. Isto contribuiu para gerar poluição concentrada, sérios problemas de drenagem agravados pela inadequada deposição de lixo, assoreamento dos corpos d'água e consequente diminuição das velocidades de escoamento das águas.

Segundo a população a cerca de 30 anos, não se tinha o controle daquela área, eles ainda afirmam que simplesmente chegaram desmataram as áreas de mata nativa, apropriaram do local e construíram suas moradias. Um fator que contribuiu para essa ocupação foi à desapropriação das pessoas, com a criação da represa do Bico da Pedra, que expulsou a população, fazendo com que a população desloca-se para as áreas urbanas tanto em Janaúba quanto e Nova Porteirinha. Através das entrevistas com a população pode se afirmar com convicção que essa apropriação irregular é também consequência da valorização e desvalorização do solo urbano.



### **Impactos socioambientais provocados pela ocupação da APP**

O processo de ocupação às margens de rios além de irregular normalmente está associada a riscos tanto ambientais como sociais. No caso do município de Nova Porteirinha, foram diversos os impactos socioambientais encontrados em Área de Preservação Permanente. São várias as construções em áreas passíveis de instabilidade, isso se deve a construção em barrancos que ainda relacionado com o desmatamento da mata ciliar que servia de cobertura do solo, e mantinha o solo estável, hoje a soma desses dois fatores apresenta risco de importante de ser trabalhado, como o deslizamento de solo, que possivelmente afetará tanto a população quanto o meio ambiente como mostra a figura 04 abaixo.



Figura 04: Moradias em área de risco ao longo da APP em Nova Porteirinha.  
Fontes: Silva, Romário Aguiar, 2014

Ainda na figura 04 é possível evidenciar que a área está propensa a risco inundações caso o haja uma grande quantidade de precipitação, e uma rápida elevação do volume de água do rio. A soma desses dois fatores pode resultar tanto em perdas de vidas quanto em perdas materiais. A disposição de resíduos sólidos na APP pode ser considerada um dos impactos socioambientais mais preocupantes do Rio Gorutuba. A poluição hídrica é evidente e requer uma grande atenção dos órgãos ambientais, município e sociedade, uma vez que a poluição do Rio Gorutuba está afetando a dinâmica natural do rio. Também há risco à saúde humana, através de diversos tipos de doenças em consequência do acúmulo de lixo. Como é possível observar na figura 05 abaixo, é inegável que o rio já está em um avançado estado de degradação.



Figura 05: Poluição do Rio Gorutuba com resíduos sólidos.  
Fontes: Silva, Romário Aguiar, 2014

Outro impacto é a poluição do solo que apesar de não receber muita importância tanto por parte da população quanto por parte dos órgãos públicos, são problemas possíveis de ser resolvido, visto que na maioria dos casos, essa poluição acontece pela queima de lixo doméstico, e a própria disposição incorreta dos resíduos sólidos, além de estar poluindo os recursos hídricos e o solo, normalmente está associada ao mau cheiro que interfere no dia a dia da população, conforme (figura 06).



Figura 06: Poluição do solo com queima de lixo doméstico.  
Fontes: Silva, Romário Aguiar, 2014

Ausência de mata ciliar, consequência do desmatamento pela expansão urbana, interfere na dinâmica do rio, contribuindo com o processo de assoreamento e erosão sobre o rio. Ao longo do Rio Gorutuba no perímetro urbano é claro a ausência de mata ciliar, uma vez que as árvores nativas foram desmatadas no processo de ocupação, o que ainda é processo possível de evidência ao longo do Rio Gorutuba no perímetro urbano do município de Nova Porteirinha, como mostra a figura 07.



Figura 07: Ausência da mata ciliar na APP do Rio Gorutuba.

Fontes: Silva, Romário Aguiar, 2014

Também foi constatado através de entrevista com a população, que o tráfico de droga é considerado um impacto de grande preocupação por parte dos moradores e que está afetando a vida da população principalmente em questão de segurança, pois os moradores se sentem ameaçados. O tráfico de drogas nessa área se deve à falta de infraestrutura, como: iluminação, ruas e policiamento. Torna-se importante considerar que essa falta de infraestrutura possibilita que o local fique propício a esse tipo de atividade ilícita.

### **Percepção da população em relação aos impactos socioambientais**

A aplicação do questionário ocorreu com os moradores as margens do Rio Gorutuba, com o total de 30 entrevistados sendo 21 do sexo feminino, e 9 do sexo masculino. Com idade entre 18 e 74 anos. Segundo informação da população aquela área foi ocupada a cerca de 30 anos atrás e se intensificou. Dos questionários aplicados a população situada a margem do Rio Gorutuba no perímetro urbano de Nova Porteirinha para avaliar a percepção da mesma sobre os impactos socioambientais a primeira questão se refere a importância do Rio Gorutuba, como resultado obtido, 100% das pessoas reconhecem e concordam com a importância do Rio Gorutuba como pode ser observado na figura 08.

Reconhecer a importância do rio como recurso fundamental para vida e de extrema importância uma vez que é o primeiro passo passa reconhecer e aceitar que a responsabilidade sobre o rio deve ser atribuída a todos. Observa-se, que a população entende que o Rio Gorutuba que é de extrema importância está sendo impactado. Quando questionados a respeito da atual situação do Rio Gorutuba em

questão de preservação, 03% diz boa, 44% ruim, pois existem vários problemas e a água é de baixa qualidade, 53% Regular, pois a qualidade da água está sendo afetada.

Em questão de responsabilidade pela degradação do Rio Gorutuba, 57% afirma ser da população 43% afirma ser dos Órgãos Públicos. A população reconhece estar causando danos ao meio ambiente, mas também atribui parte dessa responsabilidade aos órgãos público que segundo eles é o resultado da falta de ação do município e dos órgãos ambientais para minimizar os impactos que o rio está sofrendo. Percebe-se que apesar dos moradores não saberem o que são impactos socioambientais em suas várias dimensões, eles encaram como um problema.

Os dados obtidos na questão seguinte mostram que esses impactos de ordem social e ambiental, estão afetando a vidas da população, 93% dos entrevistados afirmam que sim, esses impactos afetam suas vidas e 7% dos entrevistados, não, desconhecem qualquer problema que esses impactos causam a sua vida. Considerando que os impactos estão afetando a vida da maioria da população local, a próxima questão mostra quais são os impactos presentes no local. 13% afirmam ser destruição da mata ciliar, 57% afirmam ser poluição do rio, 23% poluição do solo, 7% afirma ser o tráfico de droga.

Pelos resultados obtidos na questão a seguir observa-se que quando questionados, sobre algum tipo de ação que os órgãos públicos desenvolvem para minimizar os impactos, 63% disseram que não desenvolvem, e 37% afirma desconhecer qualquer tipo de ação dos órgãos públicos. Em meio a todas as problemáticas envolvendo sociedade contemporânea e recursos naturais, a sustentabilidade assume um papel central nessas discussões.

Apesar da maior parte dos questionados não saberem o que é sustentabilidade, ao fazer uma explanação sobre o tema, cria-se uma visão e passa a entender sua importância: 70% dizem ser importante, 17% diz ser fundamental, 23% insiste em dizer que desconhece sobre o assunto. A visão da população se revelou de grande importância, pois a população confirma a existência dos impactos socioambientais interferindo em suas vidas, porém os dados mostram que a população não tem a percepção da dimensão desses impactos.

### **A visão dos órgãos públicos sobre a ocupação da APP**

Entender a visão dos órgãos públicos se torna fundamental, pois além de se tratar de questões sociais e ambientais envolvem questões políticas. Por isso foi realizado uma entrevista com a Secretaria de meio ambiente para analisar o posicionamento do município em relação a essa a ocupação da APP e suas consequências. Segundo a secretária de meio ambiente, o município reconhece aquela área como ocupação irregular e estão tomando providencias para regularizar esta situação. Segundo a Secretaria de Meio Ambiente, a Prefeitura de Nova Porteirinha solicitou este ano de 2014, uma área voltada a construção de casas populares para a CODEVASF, com o objetivo de fazer o deslocamento dessas famílias para este local. Esta disponibilizará uma área de 26 ha junto a EPAMIG. Porem como 2014 é considerado um ano político e a CODEVASF sendo um órgão federal o andamento do processo precisou ser interrompido dando início novamente em Janeiro de 2015.

E também são realizadas Campanhas de Educação Ambiental para melhor conscientização dos moradores fazendo com que eles entendam o quanto é importante a preservação daquela área. Em relação aos impactos causados pela ocupação irregular às margens do Rio Gorutuba a Secretaria de Meio Ambiente afirma que o município faz limpezas constantes as margens do rio pelo excesso de lixo deixado pelos moradores e também a recomposição das arvores com o plantio de mudas. Além de realizar alguns trabalhos por meio da ONG Ecos do Gorutuba.

## **CONCLUSÃO**

A ocupação da APP as margens do Rio Gorutuba, é considerado irregular segundo a legislação, e está causando diversos impactos socioambientais. Durante a pesquisa na área de APP e proximidades identificou-se que apesar de a população reconhecer a importância do Rio Gorutuba, não se tem uma percepção da dimensão dos impactos socioambientais, que interferem diretamente na vida. A administração pública está tentando minimizar os impactos socioambientais na APP através da educação ambiental e tentando regularizar a situação dos moradores com a remoção dos mesmos para uma nova área. No entanto há uma contradição entre a população e órgão público, uma vez que a população afirma desconhecer e negar as ações que o município afirma desenvolver, no sentido de restaurar a área impactada. O fato é que a ocupação da APP está provocando diversos impactos socioambientais que estão afetando a vida da população e o meio ambiente comprometendo a qualidade do Rio Gorutuba.

Ficou claro através desta pesquisa que apesar da administração ter consciência dos impactos que essa ocupação provoca, e moradores terem consciência da importância do rio ainda não é o suficiente, visto que o município deve ter o papel central neste processo por ser um órgão local se torna mais fácil executar a legislação. Contudo, a partir das informações deste trabalho, os principais impactos socioambientais resultado da ocupação irregular da APP às margens do Rio Gorutuba no município de Nova Porteirinha-MG foram identificados e que é possível minimizá-las por meio de ações conjuntas, que visem a preservação do Rio Gorutuba e do bem estar social. Além do planejamento urbano por parte do poder público, a educação ambiental é uma peça fundamental na construção de cidadãos conscientes, visto que a conscientização eleva a responsabilidade e a responsabilidade leva a preservação.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Desregulamentação, contradições Espaciais e sustentabilidade urbana**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.107, p.25-38, jul./dez. 2004. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista\\_PR/107/henri.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/107/henri.pdf)> Acesso em: 05 Abr. 2014.

BARBOSA, Gisele Silva. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. Revista Visões, 4ª Edição, v. 1, n. 4, - Jan/Jun 2008. Disponível em: <[http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed\\_O\\_Desafio\\_Do\\_Deenvolvimento\\_Sustentavel\\_Gisele.pdf](http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed_O_Desafio_Do_Deenvolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf)> Acesso em: 05 Abr. 2014.

BORGES, Luís Antônio Coimbra; REZENDE, José Luiz Pereira de; PEREIRA, José Aldo Alves; JÚNIOR, Luiz Moreira Coelho; BARROS, Dalmo Arantes de. **Áreas de preservação permanente na legislação ambiental brasileira**. Ciência Rural, Santa Maria, v.41, n.7, p.1202-1210, jul, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010384782011000700016&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010384782011000700016&script=sci_arttext)> Acesso em: 06 Out. 2014.

BRASIL. **Lei 12.651**, de 25 de Maio de 2012. Instituiu o código florestal brasileiro. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12651-25-maio-2012-613076-normaatuizada-pl.pdf>> Acesso em: 06 Out. 2014.

COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos Ambientais em Áreas Urbanas – Teorias, Conceitos e Métodos de Pesquisa. In: GUERRA, Antonio José Teixeira e CUNHA, Sandra Baptista da (org). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 3º ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro. pg. 19-43, 2005.

DIAS, Lucimar Sales. **Os ativos e passivos ambientais do projeto de irrigação do Gorutuba no município de Nova Porteirinha-MG.** TCC UNIMONTES, 2010.

GOOGLE EARTH-MAPS. <https://earth.google.com/> Acesso em: 09 Nov. 2014.

GOUVEIA, Nelson. **Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, n. 6, p. 1503-1510, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232012000600014&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232012000600014&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso: 05 Abr. 2014.

GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e educação ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista da e GUERRA, Antonio José Teixeira (org). **A questão ambiental: diferentes abordagens.** 2º ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro. pg. 81- 103. 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Internet: <http://www.ibge.gov.br>, acessado em Novembro de 2014. Censo Demográfico 2010. Disponível em : <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31&dados=0>> Acesso em: 08 Out. 2014.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, Cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, março/ 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>> Acesso: 16 Abr. 2014.

JACOBI, Pedro Roberto; TRISTÃO, Martha; FRANCO, Maria Isabel Gonçalves Correa. **A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento.** Cad. Cedes, Campinas, v. 29, n. 77, p. 63-79, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n77/a05v2977.pdf>> Acesso: 20 Abr. 2014.

LIMA, Sérgio Ferraz de. **Introdução ao conceito de sustentabilidade aplicabilidade e limites.** Caderno da Escola de Negócios. v. 4, n. 04, Jan/dez 2006. Disponível em: <<http://apps.unibrasil.com.br/revista/index.php/negociosonline/article/viewFile/37/30>> Acesso: 05 Abr. 2014.

MARINHO, Eriton Assis; POERSCH, Kelly Mayara; CARNIATTO, Irene; TOBALDINI, Bárbara Grace. **Diagnóstico das APP's na área urbana da Bacia Hidrográfica Do Rio Cascavel e fatores de degradação da área.** XIV EPEA – Encontro Paranaense de Educação Ambiental, 2013. Disponível em: <[http://cacphp.unioeste.br/eventos/epea/anais2013/trabalhos/poster/educacao\\_ambiental\\_por\\_bacias\\_hidrograficas/86.pdf](http://cacphp.unioeste.br/eventos/epea/anais2013/trabalhos/poster/educacao_ambiental_por_bacias_hidrograficas/86.pdf)> Acesso em: 08 Out. 2014.

MIKHAILOVA, Irina. Sustentabilidade: **Evolução dos conceitos Teóricos e os problemas da mensuração prática**. Revista Economia e Desenvolvimento, n. 16, 2004. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/eed/article/view/3442>> Acesso: 05 Abr. 2014.

MORAES, Danielle Serra de Lima; JORDÃO, Berenice Quinzani. **Degradação de recursos hídricos e seus efeitos sobre a saúde humana**. Rev Saúde Pública, 2002. Disponível em: <<ftp://www.ufv.br/dns/NUT392/degrada%E7%E3o%20dos%20recursos%20hidricos.pdf>> Acesso em: 06 Out. 2014.

MUCELIN, Carlos Alberto; BELLINI, Marta. **Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, p.111-124, junho. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v20n1/a08v20n1>> Acesso em: 08 Mai. 2014.

RICETO, Álisson. **As Áreas de Preservação Permanente (APP) urbanas: sua importância para a qualidade ambiental nas cidades e suas regulamentações**. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosn4v2/08-geografia.pdf>>. Acesso em: 06 Out. 2014.

SEABRA, Lília. Turismo sustentável: planejamento e gestão. In: CUNHA, Sandra Baptista da e GUERRA, Antonio José Teixeira (org). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 2º ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro. pg. 153-187. 2005.